



CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 16/2022

CARGO: ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Conteúdo Programático:

1. Classe de palavras: função das palavras nos enunciados e nos textos, emprego de conectores.
2. Referenciação.
3. Colocação pronominal.
4. Estruturação sintática e semântica dos termos na oração e das orações no período: coordenação e subordinação.
5. Regência nominal e verbal; uso do sinal indicativo de crase.
6. Concordância nominal e verbal.
7. Gêneros textuais oficiais: estrutura e função (*e-mail*, ofício, ata, declaração, despacho administrativo, portaria e resolução).
8. Princípios de textualidade: coesão e coerência textuais.
9. Argumentação: pertinência, relevância e coerência dos argumentos; formas de articulação dos argumentos; elementos da organização textual: segmentação, encadeamento e ordenação.
10. Redação oficial.

Referências Bibliográficas:

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. rev., ampl. e atual. conforme o novo acordo ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

FAVERO, L. L. **Coesão e coerência textuais**. 11. ed. rev. atual. São Paulo: Ática, 2007.

FERRAREZI JUNIOR, Celso. **Sintaxe para a educação básica**: com sugestões didáticas, exercícios e respostas. São Paulo: Contexto, 2012. 171 p., il. Inclui bibliografia.

BRASIL. **Manual de Redação da Presidência da República**. 3. edição, revista, atualizada e ampliada pela Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República. (atualizado pela Portaria nº 1.369, de 27 de dezembro de 2018), Disponível em:

<http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>



PLATÃO e FIORIN. **Lições de texto**: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2002
SQUARISI, Dad; SALVADOR, Arlete. **Escrever Melhor**: guia para Passar os Textos a Limpo. São Paulo: Contexto, 2013.
VAL, Maria da Graça Costa. **Redação e textualidade**. 3.ed São Paulo: Martins Fontes, 2006. 133 p., il. (Texto e linguagem). Inclui bibliografia.

LEGISLAÇÃO

Conteúdo Programático:

1. Ética no Serviço Público;
2. Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União;
3. Procedimentos e Processos Administrativos;
5. Improbidade Administrativa.
6. Crimes praticados por funcionário público e por particular contra a administração em geral.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. **DECRETO - Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal (artigo 312 a 337-A). Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm

BRASIL. **DECRETO nº 1.171, de 22 de Junho de 1994**. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm .

BRASIL. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da união, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm .

BRASIL. **Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992**. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8429.htm .

BRASIL. **Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999**. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9784.htm



NOÇÕES GERAIS DE INFORMÁTICA

Conteúdo Programático:

1. Conhecimentos básicos de Sistemas Operacionais (MS-Windows);
2. Operações básicas (conceitos básicos, menus, barras de ferramentas, comandos, formatação) com Editores de Texto (MS-Word, LibreOffice-Writer ou Google-Docs);
3. Operações básicas (conceitos básicos, menus, barras de ferramentas, comandos, funções) com Planilhas Eletrônicas (MS-Excel, LibreOffice-Calc ou Google-Docs);
4. Operações básicas de Navegação na Internet (Google-Chrome ou Mozilla-Firefox);
5. Operações básicas de Correio Eletrônico (MS-Setlook Express, Mozilla-Thunderbird, Yahoo!Mail, Google-Gmail ou Microsoft-Hotmail);
6. Noções de segurança: conceitos de vírus (spyware, spam, worms etc.), acesso a sites seguros, golpes e ataques na Internet, cuidados e prevenções.

Serão consideradas as versões lançadas a partir do ano de 2012 para todos os produtos citados no Conteúdo Programático.

Referências Bibliográficas:

Manuais e opções de ajuda dos produtos citados no Conteúdo Programático.

Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil, CERT.br. Cartilha de segurança para internet. 2. ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2012. Disponível em: <<https://cartilha.cert.br/livro/>>. Acesso em: jun. de 2021.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Conteúdo Programático:

1. Licitações e Contratos Públicos: princípios, conceitos, modalidades, tipos, contratações sustentáveis, dispensa, inexigibilidade e procedimentos gerais.
2. Administração Pública: princípios, conceitos. Evolução da administração pública (modelos de administração pública: patrimonialista, burocrática e gerencial). Planejamento, Governança, Riscos, Controle e *Accountability* no setor público.
3. Orçamento Público: Conceito. Instrumento de Planejamento da administração pública. Princípios orçamentários. Receita e Despesa: conceito, classificação e etapas. Processo Orçamentário: Sistema e processo orçamentário, Execução orçamentária e financeira e Controle e avaliação da execução orçamentária. Noções de Administração Financeira.
4. Gestão de Pessoas: fundamentos conceituais para o setor público. Liderança e gestão de pessoas por competências no serviço público. Desenvolvimento de pessoas e gestão de desempenho.
5. Normas de redação de correspondência oficial.

Referências Bibliográficas:

ALBUQUERQUE, C. M. de; Medeiros, M. B.; Silva, P. H. F. da. **Gestão de finanças públicas**. 2. ed. Brasília, 2008.

BERGUE, S. T. **Gestão de pessoas: liderança e competências para o setor público**. Brasília: Enap, 2019. Disponível em:
https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4283/1/7_Livro_Gest%C3%A3o%20e%20pessoas%20lideran%C3%A7a%20e%20compet%C3%Aancias%20para%20o%20setor%20p%C3%BAblico.pdf

BERMEJO, P. H. S et al. **ForRisco: gerenciamento de riscos em instituições públicas**. 2. ed. Brasília: Editora Evobiz, 2019. Disponível em:
<https://www.gov.br/mec/pt-br/plataformafor/documentos/livroforrisco>.

BRASIL. Advocacia-Geral da União (AGU). Consultoria-Geral da União. **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**. 4ª ed. Machado, Alessandro Q. (Coord.); Longato, Carlos F.; Santos, Dainel L.; Celso V.; Carvalho, Flávia G. de; Paz e Silva Filho, Manoel; Bliacheris, Marcos W.; Ferreira, Maria Augusta S. de O.; Barth, Maria Leticia B.G.; Santos, Mateus L. F.; Silva, Michelle Marry M.; Gomes, Patricia M.; Villac, Teresa. Brasília: AGU, 2021. Disponível em:
<<https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/AGUGuiaNacionaldeContrataesSustentveis4edio.pdf>>.



BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. (Artigos 37 a 41). Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. **Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017**. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm.

BRASIL. **Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019**. Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/decreto/D10024.htm.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm.

BRASIL. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. (Capítulo V, seção I). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm.

BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm.

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm.



BRASIL. **Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.** Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm.

BRASIL. Presidência da República. **Manual de redação da Presidência da República.** Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos: coordenação de Gilmar Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. 3. ed. Brasília: rev., atual. e ampl. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao Tribunal de Contas da União (TCU).** 3. ed. Brasília: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado – Secex Administração, 2020. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/organizacional/levantamento-de-governanca/>.

BRESSER-PEREIRA, L. C; SPINK, P. **Reforma do estado e administração pública gerencial.** 5ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Licitação. In: CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo.** 32. ed. São Paulo: Atlas, 2018. p. 243 – 333. ISBN 9788597015621.

COSTA, F. L. **Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas.** Revista de Administração Pública – RAP, Rio De Janeiro, v. 42, n. 5, p. 829-74, Set/Out. 2008. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6656/5240> .

GIACOMONI, J. **Orçamento Público.** 16ª edição. São Paulo: Atlas, 2012.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de gestão pública contemporânea.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

PAULA, A.P.P. **Por uma nova gestão pública.** Rio de Janeiro: FGV, 2016.

SANT'ANA, T. D. et al. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI: um guia de conhecimentos para as instituições federais de ensino.** Alfenas: FORPDI, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/plataformafor/documentos/livroforpdi>.

SANTOS, C. S. dos. **Introdução à gestão pública.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.